

A hora da moeda comum no Mercosul

27 de Abril de 2007 - A Câmara de Comércio Exterior (Camex) anunciou a resolução, a ser ratificada pelos demais integrantes do Mercosul, de que as transações comerciais entre os parceiros do bloco não ocorram mais apenas balizadas pelo dólar. O peso argentino e o real brasileiro também seriam usados nas importações e exportações entre os dois países. Os bancos centrais do Brasil e da Argentina projetaram as possibilidades para a execução da proposta já para o segundo semestre deste ano.

É óbvio exagero imaginar a imediata e plena dispensa do dólar nas transações entre países do Mercosul. A rigor, o que a Camex propôs é que a moeda norte-americana tenha como sócios operacionais o peso e o real. Há um conjunto de vantagens embutidas nesta decisão. A primeira delas, como ponderou o secretário-executivo da Camex, Mário Mugnaimi, é que a medida pode gerar economia de 3% nas transações comerciais. Depois, permitirá que pequenas e médias empresas dispensem complexas operações de câmbio para exportar ou importar no interior do bloco. Paraguai e Uruguai serão depois igualmente beneficiados com a proposta, usando suas moedas. Tecnicamente, os bancos centrais dos integrantes do bloco farão ajustes diários para acertar o fluxo financeiro.

É provável, portanto, que a decisão da Camex funcione como uma espécie de prenúncio de moeda comum no Mercosul. Este é o ponto mais importante da decisão. Em verdade, a proposta indica a construção de uma zona de conversibilidade limitada. Este processo não foi diferente na União Européia envolvendo os antigos marco alemão e franco francês. No contexto europeu também se procurava facilitar a inserção comercial de países menores. Uruguai e Paraguai terão dificuldades menores, sem a pressão absoluta do parâmetro dólar, para integrar produções locais nas cadeias produtivas dos vizinhos maiores.

O uso de moedas nacionais em transações comerciais externas abre, por outro lado, bons espaços de acomodação para criar vantagens paralelas a produtores que se considerem prejudicados pelas grandes lógicas comerciais do bloco. A rigor, Brasil e Argentina já ensaiaram processos semelhantes quando desenvolveram mecanismos de compensação que viabilizaram, por exemplo, a continuidade do acordo automotivo. Quando as dificuldades do comércio do setor automobilístico entre Brasil e Argentina aumentaram demais, um fator conhecido como flex passou a vigorar no setor, autorizando que cada um dos dois países, a cada US\$ 100 importados no setor automobilístico, exportasse até US\$ 195 sem impostos. Os dois lados buscaram um equilíbrio financeiro para gerir um contencioso comercial e alcançaram um acordo que garantiu previsibilidade e estimulou novos investimentos.

Vale lembrar que recente estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) propôs plano estratégico para consolidar o Mercosul a partir de amplo pacto entre o Brasil e Argentina, incluindo a unificação das moedas dos dois países a partir de 2017. Uruguai e Paraguai teriam, inicialmente, participação mais limitada nessa integração financeira. Esse estudo, assinado pelos economistas Fábio Giambiagi e **Igor Barenboim**, parte do princípio de que o bloco é uma "inegável realidade, comprometida por suas próprias fragilidades". Os economistas sugerem que se retome

a "arquitetura flexível" dos primeiros momentos do Mercosul, recuperando-se o teor do Tratado de Buenos Aires, de 1988, que previa o mercado comum apenas entre Brasil e Argentina. Aliás, seguindo o mesmo "recoo estratégico" utilizado na evolução da União Européia, construída a partir da aliança entre França e Alemanha. A idéia é criar "velocidades e geometrias variáveis" para o bloco, acelerando, primeiro, a integração financeira dos países maiores.

O estudo do Ipea conclui com uma pergunta inquietante: é melhor para Brasil ou Argentina enfrentar a instabilidade que se vislumbra no mundo, nos próximos dez anos, "sozinho ou em conjunto"? A óbvia resposta, apenas sensata, está na origem da decisão da Camex de abrir a porta para a construção de uma moeda comum no Cone Sul. (Gazeta Mercantil/Caderno A - Pág. 2)

Fonte: Gazeta Mercantil